

Evidenciação de ativos intangíveis: um estudo com empresas brasileiras

Alessandra Garcia da Cunha

Andréia Alves de Souza

Luiz Felipe de Santana

Vanessa Gonçalves de Magalhães

Verônica Siqueira Pelegrini

Rodrigo Fernandes Malaquias

RESUMO

Órgãos nacionais e internacionais estão desenvolvendo normas e procedimentos no intuito de atingir o tão almejado objetivo de harmonizar as práticas contábeis no âmbito internacional. Neste contexto, este artigo tem por objetivo analisar a evidenciação de ativos intangíveis fornecidos pelas empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), em relação ao que dispõem as normas brasileiras e internacionais sobre o assunto. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo comparativo dos relatórios contábeis divulgados por 40 empresas listadas na BOVESPA, escolhidas aleatoriamente, levando em consideração os Balanços Patrimoniais e as notas explicativas de 2005, 2007 e 2009. Os principais resultados mostraram que os ativos intangíveis mais evidenciados pelas empresas foram os *softwares*, *ágio* na aquisição de investimentos e marcas e patentes. A partir da vigência da Lei 11.638/07, grande parte das empresas passou a evidenciar os ativos intangíveis no Balanço Patrimonial. A análise de regressão realizada indicou que o ano de análise possui significância estatística na explicação dos diferentes índices de evidenciação de intangíveis e que o *status* de listagem em um dos níveis de governança corporativa está relacionado a maiores níveis de evidenciação.

INTRODUÇÃO

O processo de globalização intensificado principalmente nas últimas décadas trouxe novas oportunidades para as empresas expandirem seus mercados. Isso acarretou uma série de mudanças significativas nas formas de tratamento de mensuração, reconhecimento e evidenciação das práticas contábeis, incluindo também o que diz respeito ao tratamento dado aos ativos intangíveis. No Brasil a Lei 11.638/07 veio para harmonizar as normas contábeis de acordo com as normas internacionais emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade – IASB (*International Accounting Standards Board*). Nesse contexto, o presente trabalho trata o tema específico de ativos intangíveis quanto à adequação das empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) às normas brasileiras e internacionais de contabilidade, de acordo com a IAS 38 (*International Accounting Standards* nº. 38).

Diante das novas exigências estabelecidas pela Lei 11.638/07 e pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, por meio do CPC 04, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: como as empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) evidenciam os ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis? Desse modo o trabalho tem como objetivo geral analisar a evidenciação dos ativos intangíveis praticados por empresas brasileiras listadas na BOVESPA, de acordo com as determinações especificadas na IAS 38 e, conseqüentemente, no Pronunciamento CPC 04. Para tanto, apresentaram-se os seguintes objetivos específicos: i) caracterizar os ativos intangíveis; ii) identificar as formas de tratamento dado aos ativos imobilizados pelas normas brasileiras e normas internacionais de contabilidade; iii) identificar como as empresas estão divulgando os ativos intangíveis no Balanço Patrimonial e como elas os estão evidenciando nas notas explicativas; iv) verificar potenciais fatores de-

terminantes do nível de evidenciação de ativos intangíveis, especificamente o ano de análise, o tamanho das empresas e seu *status* de listagem em um dos níveis diferenciados de governança corporativa.

De acordo com Rolim (2009, p. 20), os ativos tangíveis, que eram os principais símbolos de riqueza empresarial, passaram a dar espaço aos ativos intangíveis, que assumiram o papel de novo propulsor de desenvolvimento das corporações, tratando-se de fator que eleva o valor de mercado das ações das empresas que os possuem, sendo responsáveis pela geração de benefícios futuros.

Vários autores ressaltam a importância de estudos sobre o tema (Schvirck, 2006; Perez e Famá, 2006; Rolim, 2009; Lauretti e Matias Filho, 2009). Devido ao constante aumento da materialidade dos valores dos ativos intangíveis no que diz respeito à composição do patrimônio líquido das empresas, tornou-se imprescindível verificar o tratamento dado internacionalmente a esse item tão complexo da contabilidade (Schmidt; Santos, 2003). Segundo Perez e Famá (2005), a contabilidade deve registrar os ativos de forma a evidenciá-los, adequando de acordo com seus princípios, convenções, normas e práticas, de forma que prevaleça a essência sobre a forma. Portanto, necessário se faz um estudo criterioso em torno do tratamento dado aos ativos intangíveis, identificando o nível de evidenciação informada pelas companhias em seus relatórios contábeis, visto que se trata de uma exigência legal para sua aplicação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ativo

O termo ativo em contabilidade representa os bens e/ou direitos que uma empresa possui em determinado momento, resultante de suas movimentações a partir das quais serão obtidos

futuros resultados financeiros. Pode ser apresentado tanto da forma tangível quanto intangível, ou seja, pode possuir ou não matéria corpórea. Sua contabilização no Balanço Patrimonial é feita por grupos de ativo circulante e ativo não circulante, apresentados em ordem de liquidez. Nesse contexto, Ludícibus (2009, p. 125) classifica os ativos como recursos controlados por uma entidade capaz de gerar, mediata ou imediatamente, fluxo de caixa, devendo-se enquadrar nos seguintes critérios:

- Ser considerado modernamente, em primeiro lugar, quanto a sua controlabilidade por parte da entidade, subsidiariamente quanto a sua propriedade e posse.
- Precisa estar incluído no ativo algum direito específico a benefícios futuros ou, em sentido mais amplo, o elemento precisa apresentar uma potencialidade de serviços futuros para a entidade.
- O direito precisa ser exclusivo da entidade.

Após a definição de ativo, outro fato para analisar é como mensurá-lo. Para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 304) a “mensuração é o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa, e obtidos de modo a permitir agregação (tal como na avaliação total de ativos) ou desagregação, quando exigida em situação específica”.

As bases para mensuração de um ativo são os valores de entrada ou os valores de saída. Portanto, o ativo é todo recurso (físico ou não) que se encontra sob controle de uma organização com o objetivo de obter benefícios econômicos futuros.

É relevante também destacar que o ativo total das empresas apresenta-se como uma variável geralmente utilizada em pesquisas acadêmicas para representar o tamanho das empresas (por exemplo, Alsaeed, 2006), existindo argumentos inclusive para que empresas maiores possuam melhores níveis de evidênciação em seus relatórios contábeis (Leuz e Verrecchia, 2000; Lopes e Rodrigues, 2007), sendo o nível de evidênciação também influenciado pela participação da empresa em níveis diferenciados de governança corporativa (COFFEE, 1999; IBGC, 2003; MALACRIDA e YAMAMOTO, 2006; MALAQUIAS e LEMES, 2009).

2.2 Ativos intangíveis

No grupo de contas do ativo destacam-se os ativos intangíveis, os quais podem ser definidos de maneira simplista como bens não físicos, incorpóreos. Para Hendriksen e Van Breda (1999), em razão de dificuldades de definição, incertezas relacionadas à mensuração de seus valores e estimação de suas vidas úteis, os ativos intangíveis compreendem uma das áreas mais complexas da contabilidade.

Outra possível definição para os intangíveis proposta por Kayo (2002, p. 14), em sua tese de doutorado, é a de que os ativos intangíveis representam um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, ao interagir com seus ativos tangíveis, contribui para a formação do valor das empresas.

O reconhecimento de um ativo intangível deverá obedecer às mesmas regras válidas para todos os ativos. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999) os ativos intangíveis são difíceis de

medir, já que não podem ser identificados separadamente, tais como *goodwill*. São exemplos de ativos intangíveis: patentes, franquias, marcas, direitos autorais, *softwares* desenvolvidos, banco de dados, desde que sejam identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros.

2.3 Normas Internacionais de Contabilidade para ativos intangíveis

No âmbito das normas internacionais, o tratamento contábil referente aos ativos intangíveis conseguiu um grande avanço com a emissão do Pronunciamento IAS nº. 38, que trata especificamente desse subgrupo. Esse pronunciamento foi emitido pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC), criado em 1973 e que, após a reestruturação em 2001, passou a ser denominado de *International Accounting Standards Board* (IASB).

O IASB é um órgão independente do setor privado que se destina ao estudo de padrões contábeis, com sede em Londres, Grã-Bretanha. É formado por um conselho de membros, constituído por representantes de mais de 140 entidades profissionais de todo o mundo, inclusive o Brasil, representado pelo Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (NIYAMA, 2006, p. 40).

Os principais pontos tratados pela IAS 38 envolvem questões relacionadas à natureza e reconhecimento dos ativos intangíveis, à mensuração dos custos e à contabilização da amortização e das perdas por *impairment* de tais ativos (CARVALHO e LEMES, 2010, p. 193).

A IAS 38 prescreve o tratamento referente aos ativos intangíveis que não sejam especificados por outras normas, “assim, a IAS 38 é aplicável a gastos com publicidade, treinamento, pré-operacionais, pesquisas e desenvolvimento, patentes, licenças, filmes cinematográficos, softwares, conhecimento técnico, franquias, fidelidade de clientes, participação no mercado, lista de clientes e itens similares” (CARVALHO e LEMES, 2010, p. 194).

As demonstrações contábeis devem evidenciar o valor agregado dos gastos com pesquisas e desenvolvimento reconhecido como despesa durante o período (NIYAMA, 2006, p. 126). Conforme Carvalho e Lemes (2010), as empresas no processo de aquisição, desenvolvimento, manutenção ou melhoria de bens intangíveis despendem gastos financeiros. Contudo, para que esses gastos sejam classificados como ativos intangíveis, três aspectos devem ser considerados: identificabilidade, controle e geração de benefícios econômicos.

Para o IASB, o reconhecimento de um item como ativo intangível tem de conter as condições prescritas na sua definição que, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, é “um ativo identificável, sem substância física para uso na produção ou fornecimento de bens e/ou serviços, para ser alugado a terceiros ou para propósitos administrativos” (NIYAMA, 2006, p. 64). De acordo com Carvalho e Lemes (2010), o item também deve apresentar as seguintes características para atender o critério de reconhecimento: possibilitar benefícios econômicos futuros à empresa e o custo desse ativo poder ser mensurado de forma confiável.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente, segundo a IAS 38, devem ser mensurados pelo seu custo, que compreende o seu valor de compra, incluindo quaisquer impostos sobre a compra, bem como as despesas necessárias à colocação do ativo em uso. “Se o pagamento por um ativo intangível excede os prazos normais de crédito, o custo do ativo é seu preço à vista. A diferença entre os dois montantes (à vista e a prazo) deve ser reconhecida como despesa de juros ao longo do prazo do financiamento” (CARVALHO e LEMES, 2010, p. 197).

Quando o ativo intangível for adquirido em uma combinação de negócios, o custo dele será baseado em seu valor justo na data da aquisição, conforme dispõe o parágrafo 27 do IAS 38. “A estimativa mais confiável desse valor justo se baseia no preço cotado no mercado” (Carvalho e Lemes, 2010, p. 198). Segundo Carvalho e Lemes (2010) os ativos intangíveis gerados internamente causam dificuldades na sua identificação e mensuração. Entretanto, de acordo com a IAS, os gastos com pesquisas de um projeto interno devem ser reconhecidos como despesas quando forem incorridos.

2.4 Normas Brasileiras de Contabilidade para ativos intangíveis

O subgrupo dos ativos intangíveis, classificado no grupo de contas do ativo permanente dentro do Balanço Patrimonial, é constituído por um desmembramento do ativo imobilizado, que, a partir da vigência da Lei 11.638/2007, passa a contar apenas como bens corpóreos de uso permanente e os intangíveis, os bens incorpóreos, ou seja, aqueles que não têm forma física, conforme consta no artigo 179 da lei supracitada.

A Lei nº. 11.638/07 veio alterar, revogar e introduzir novos dispositivos principalmente no que se refere à elaboração das demonstrações contábeis objetivando a adequação dos relatórios brasileiros à nova realidade, tendo em vista o processo de globalização e a mudança dos padrões contábeis brasileiros que busca harmonizar as nossas práticas contábeis com as internacionais.

Essa nova estruturação do Balanço Patrimonial, com a contabilização dos ativos intangíveis, ocorreu após a promulgação da Lei nº. 11.638/07 e também com reflexos decorrentes da Medida Provisória nº. 449/08 (atual Lei nº. 11.941/09), que passou a considerar o ativo composto pelo ativo circulante e não circulante, e tendo como subgrupos as seguintes contas: realizável a longo prazo; investimentos; imobilizados e intangíveis.

O Comitê de Pronunciamentos Técnicos, por meio do Pronunciamento CPC 04, trata também dos ativos intangíveis, apresentando critérios específicos para reconhecimento, métodos de mensuração do valor contábil e divulgação desses ativos, sendo uma correlação às Normas Internacionais de Contabilidade, especificamente à IAS 38.

A consequência da adoção do subgrupo intangível é que muitos ativos antes registrados em outros subgrupos de contas foram reclassificados, o que alterou a composição do Balanço Patrimonial. Analisando essa mudança do ponto de vista dos investidores estrangeiros, esse seria um ponto positivo, pois facilita a análise das demonstrações por tais investidores interessados em aplicar em empresas brasileiras, já que o tratamento de um

ativo intangível nas normas brasileiras passou a seguir a mesma linha proposta pelas normas internacionais.

O tratamento dado aos ativos intangíveis no âmbito internacional deve seguir os critérios de evidenciação de acordo com a IAS 38. Inicialmente, o ativo intangível é identificado levando em consideração a sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros e a viabilidade de mensurar o seu custo. A mensuração pode ser feita pelo método de custo ou método de reavaliação. As empresas devem divulgar todas as informações referentes aos ativos intangíveis, entre elas sua vida útil, se é definida ou indefinida, e as formas de amortizações calculadas quando a vida útil do ativo intangível for definida.

2.5 Estudos sobre ativos intangíveis

Há vários estudos envolvendo ativos intangíveis e sua importância para a determinação do patrimônio das empresas, sendo alguns deles comentados neste subtópico. No estudo de Rolim (2009), o interesse foi focado no modo pelo qual a convergência para as normas internacionais de contabilidade vem acontecendo nas empresas britânicas pertencentes ao grupo das 100 (cem) maiores empresas com ações negociadas na Bolsa de Londres (índice *Financial Times Stock Exchange* – FTSE 100), no ano de 2006. Com o objetivo de identificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis de acordo com a IAS 38 (*International Accounting Standards*), constituiu-se pesquisa descritiva e hipotético-dedutiva com 59 empresas escolhidas aleatoriamente.

Os resultados mostram que apenas 18,6% das empresas pesquisadas atingiram um nível de excelência com relação à evidenciação dos ativos intangíveis, mesmo após legalmente obrigadas. Apenas uma parcela da amostra (8,5%) apresentou nível de evidenciação abaixo de 50%. A média do nível de evidenciação foi de 71,43%, assim identificando uma quantidade de empresas bem favorável em relação à convergência. Segundo o autor, o não cumprimento da norma IAS 38, mesmo quando esta é obrigatória para os países europeus, pode gerar uma assimetria informacional. Por outro lado, quando o cumprimento dessa norma for feito de forma completa por todas as empresas europeias, haverá a possibilidade de informações voluntárias, muito importantes para a transparência das relações comerciais.

Em contexto mais específico, Schvirck (2006) buscou identificar como 120 empresas que atuam no Brasil tratam a reavaliação de ativos quanto a sua realização, tributação e periodicidade e quais os impactos dessa ação nas demonstrações contábeis. O objetivo deste estudo foi analisar os impactos da reavaliação de ativos sobre os indicadores de análise das demonstrações contábeis brasileiras.

Para a pesquisa, utilizou-se a abordagem bibliográfica quanto às teorias contábeis e legislações pertinentes. De acordo com os resultados obtidos pelo autor, detecta-se que muitas empresas pesquisadas não atendem ao que prescreve a legislação quanto ao tratamento de reavaliação, apontando, inclusive, que os métodos de reavaliação, quando são feitos, podem estar atendendo a fins especulativos e oportunistas, pretendendo melhorar a imagem de empresas perante o mercado em que atuam, tornando assim o balanço dessas entidades peças incomparáveis, além de poderem acarretar avaliações equivocadas da situação

das empresas, caso o analista ou acionista não esteja atento a seus efeitos (SCHVIRCK, 2006).

Outra pesquisa aborda os ativos intangíveis, relacionando-os ao desempenho empresarial com o objetivo de analisar o impacto da presença de ativos intangíveis não contabilizados no desempenho das empresas (Perez e Famá, 2006). Os autores verificaram se realmente os ativos intangíveis proporcionam uma maior criação de valor aos acionistas de centenas de empresas norte-americanas. De acordo com os resultados, existem diferenças significativas de desempenho entre as empresas com maior ou menor grau de ativos intangíveis em sua estrutura, isto é, as empresas com mais ativos intangíveis foram capazes de gerar mais valor aos seus acionistas (Perez e Famá, 2006). Dada a importância dos ativos intangíveis e sua capacidade de agregar valor às empresas, fica mais evidente a necessidade de um tratamento especial a esse grupo de ativos e justificam-se, assim, tantos estudos sobre o tema.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da pesquisa

Este trabalho apresenta uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos, pois “tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis” (SILVA, 2003, p. 65).

Em relação aos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados configura-se como pesquisa bibliográfica, sendo “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44); e documental que “difere da pesquisa bibliográfica por utilizar material que ainda não recebeu tratamento analítico ou pode ser reelaborado” (Silva, 2003, p. 65), sendo que aqui o material a ser analisado envolve: o Balanço Patrimonial e as notas explicativas das empresas selecionadas. O trabalho também é classificado em pesquisa *ex post facto* sendo realizado o estudo após a ocorrência dos fatos, ou seja, após a elaboração das demonstrações financeiras.

Os procedimentos metodológicos com relação à abordagem do problema são qualitativos, pois a pesquisa compreende variáveis obtidas direta ou indiretamente das informações financeiras das próprias empresas buscando apenas mensurá-las e analisá-las quanto à convergência das normas internacionais no que se refere à contabilização dos ativos intangíveis. Contudo, após quantificado o nível de evidência, são aplicados procedimentos de análise quantitativa.

3.2 Coleta dos dados e limites da pesquisa

Os dados coletados se referem aos balanços patrimoniais e notas explicativas de empresas listadas na BOVESPA, escolhidas aleatoriamente. Foram selecionadas 40 (quarenta) empresas para que se obtivessem melhores ajustes na aplicação posterior dos testes estatísticos, que geralmente se ajustam melhor a amostras maiores que 30. As empresas que compõem a amostra, juntamente com o valor de seu Patrimônio Líquido (para se ter uma ideia do seu tamanho) e o seu *status* de listagem em um dos níveis de governança corporativa da BOVESPA, estão disponíveis no Apêndice A deste trabalho.

Quanto ao período de análise, foram selecionados os exercícios de 2005, 2007 e 2009. O período que compreende o exercício de 2005 foi escolhido para analisar o comportamento das empresas quanto à convergência às normas internacionais antes da exigência estabelecida pela Lei 11.638/07; os períodos dos exercícios de 2007 e 2009 foram escolhidos para verificar a adequação das empresas após a vigência da Lei 11.638/07, que traz as especificações mais próximas ao tratamento dado aos ativos intangíveis no âmbito internacional.

Foi realizado estudo analítico dos dados coletados objetivando a verificação dos tipos de tratamento contábil na escrituração dos ativos intangíveis, para avaliar a forma, evidência, mensuração dos mesmos no Balanço Patrimonial e as notas explicativas das empresas selecionadas. Para este estudo, foram analisadas as frequências observadas para cada um dos critérios de avaliação aqui adotados, baseados na IAS nº. 38. Como parte complementar, também foi realizada uma análise de regressão com dados em painel para verificar a significância do ‘ano’ no nível de informações sobre ativos intangíveis, e também analisar se o tamanho das empresas (medido pelo valor do seu ativo total) e a sua participação em um dos níveis diferenciados de governança corporativa apresentaram relação com o nível de informações sobre ativos intangíveis. O nível de significância adotado foi de 5% e a análise da normalidade dos resíduos da regressão foi feita pelo teste de Jarque-Bera.

4. RESULTADOS

Neste tópico, são avaliados os resultados obtidos na pesquisa quanto ao tratamento dado aos ativos intangíveis pela amostra selecionada. A Tabela 1 mostra o percentual de empresas que evidenciaram os ativos intangíveis no Balanço Patrimonial.

Tabela 1: Divulgação dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial

Item analisado	2005		2007		2009	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Divulgaram o ativo intangível no BP	0	0%	37	92,5%	39	97,5%
Não divulgaram o ativo intangível no BP	40	100%	3	7,5%	1	2,5%
Total	40	100%	40	100%	40	100%

Notas: FA = Frequência Absoluta – FR = Frequência Relativa.

Fonte: elaborada pelos autores.

Por meio dos resultados obtidos, observa-se, com base na Tabela 1, que as empresas listadas na BOVESPA passaram a divulgar o subgrupo dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial após a vigência da Lei nº. 11.638/07. Nos períodos anteriores a 2006, 100% dessas empresas tratavam os ativos intangíveis dentro do grupo permanente no Balanço Patrimonial (vale ressaltar que em tal período as empresas não eram obrigadas a divulgar seus ativos intangíveis no Balanço Patrimonial).

Iudícibus (2009, p. 126) relata que as principais formas de

evidenciação das informações contábeis podem ser por meio de informação entre parênteses, notas explicativas, quadros e demonstrativos suplementares, comentários do auditor, relatório da administração, entre outras formas. Na Tabela 2, observa-se a evidenciação dos ativos intangíveis nas notas explicativas.

Tabela 2: Evidenciação dos ativos intangíveis nas notas explicativas

Itens analisados	2005		2007		2009	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Evidenciação dos ativos intangíveis nas notas explicativas	04	10%	25	62,5%	33	82,5%
Não evidenciação dos ativos intangíveis nas notas explicativas	36	90%	15	37,5%	07	17,5%
Total	40	100%	40	100%	40	100%

Notas: FA = Frequência Absoluta – FR = Frequência Relativa.

Fonte: elaborada pelos autores.

Nota-se que, das empresas pesquisadas, no exercício de 2005 e 2007, apenas 10% e 62,5%, respectivamente, evidenciaram os ativos intangíveis nas notas explicativas. Após a vigência da Lei 11.638/07, no exercício de 2009, 17,5% das empresas analisadas ainda aparentam estar em processo de convergência quanto ao item em questão, pois não detalham o tratamento dado aos ativos intangíveis nas notas explicativas, com o intuito de fornecer informações qualitativas e complementares, evidenciando a forma de mensuração, os tipos de ativos escriturados, as formas de amortização, o valor contábil bruto, a conciliação do valor contábil do início e no final do período, demonstrando os aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações, provisões de perdas, entre outras alterações no valor contábil durante o período. Já em relação à forma de apresentação dos intangíveis no Balanço Patrimonial, a Tabela 3 resume os resultados obtidos.

Tabela 3: Divulgação dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial quanto à forma

Descrição	2005		2007		2009	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Sintético	01	2,5%	34	85%	37	92,5%
Analítico	0	0%	01	2,5%	02	5%
Não específica	39	97,5%	05	12,5%	01	2,5%
Total	40	100%	40	100%	40	100%

Notas: FA = Frequência Absoluta – FR = Frequência Relativa.

Fonte: elaborada pelos autores.

Com relação à forma de divulgação dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial, verifica-se que a maioria das empresas analisadas apresentou de forma sintética, não especificando os tipos de ativos que são escriturados.

Quanto à forma de mensuração dos ativos intangíveis, que pode ser pelo método do valor de custo ou pelo método de valor justo de mercado, as empresas que evidenciaram a forma de mensuração dos ativos intangíveis no período analisado optaram por avaliar os ativos intangíveis pelo seu preço de aquisição, formação ou construção, acrescido de impostos não recuperáveis, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

Tabela 4: Formas de mensuração dos ativos intangíveis

Itens analisados	2005		2007		2009	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Valor de custo de aquisição	06	15%	21	52,5%	26	65%
Valor justo de mercado	00	0%	01	2,5%	01	2,5%
Não específica	34	85%	18	45%	13	32,5%
Total	40	100%	40	100%	40	100%

Notas: FA = Frequência Absoluta – FR = Frequência Relativa.

Fonte: elaborada pelos autores.

Essa forma de mensuração (preço de aquisição) é a prática mais presente na contabilidade. Iudícibus (2009, p. 148) argumenta que um dos motivos para essa forma de registro ser a mais utilizada é a objetividade com que os valores são apresentados, e ainda por poder apresentar o valor máximo para as empresas ou porque muitas vezes não existe um mercado para valores de venda. Percebe-se que, no exercício de 2005, grande parte das empresas não divulgou as formas de mensuração dos ativos intangíveis, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 5: Especificação da vida útil dos ativos intangíveis divulgados

Itens analisados	2005		2007		2009	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Vida útil definida ou indefinida	0	0%	10	25%	17	42,5%
Não específica	40	100%	30	90%	23	57,5%
Total	40	100%	40	100%	40	100%

Notas: FA = Frequência Absoluta – FR = Frequência Relativa.

Fonte: elaborada pelos autores.

De acordo com a Tabela 5, no exercício de 2005, nenhuma das empresas especificou a vida útil dos ativos intangíveis; já no exercício de 2007 apenas 25% das empresas analisadas divulgaram nas notas explicativas informações a respeito da vida útil dos ativos intangíveis, classificada como definida e indefinida.

No entanto, no exercício de 2009, mesmo com a obrigatoriedade da divulgação de informações referentes aos ativos intangíveis, 57,5% não estão de acordo com a legislação.

A Figura 1 registra os principais tipos de ativos intangíveis evidenciados pelas empresas no Balanço Patrimonial, que são, de acordo com Iudícibus (2009, p. 204), as marcas e patentes, franquias, custo de desenvolvimento de *softwares*, gastos de organização, certos investimentos, e outros.

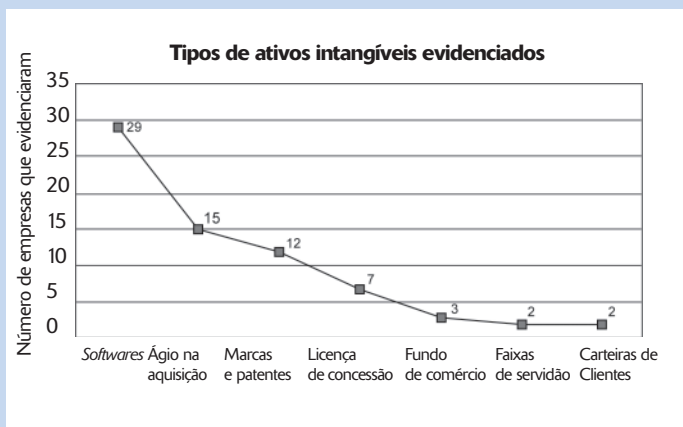


Figura 1: Principais ativos intangíveis que foram evidenciados
Fonte: elaborada pelos autores.

De acordo com a Figura 1, entre os ativos intangíveis mais evidenciados estão os *softwares* (29), o ágio na aquisição de investimentos (15), as marcas/patentes (12), licença de concessão (7), fundo de comércio (3), faixas de servidão (2) e carteira de clientes (2) presentes nos relatórios contábeis das empresas da amostra analisada.

Como parte complementar, foi verificado se o tamanho das empresas influenciava em seu nível de evidenciação de ativos intangíveis, tal como o seu *status* de listagem em um dos níveis diferenciados de governança corporativa, já que se espera que empresas listadas em níveis diferenciados forneçam melhores índices de evidenciação em seus relatórios contábeis (Coffee, 1999; Malacrida e Yamamoto, 2006). Dessa forma, foi feita uma análise de regressão com dados em painel, considerando efeitos fixos para ano e *cross-section*, tendo como variável dependente o nível de evidenciação de ativos intangíveis. Os resultados estão presentes na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6: Análise de regressão – variável dependente: evidenciação de intangíveis (efeito fixo para ano)

Variável Independ.	Beta	p-valor
Constante	0,415	0,000 ***
Ativo Total	0,000	0,916
Gov. Corp.	0,065	0,347
N (observ.)	120	-
R Quadr. Ajust. (modelo)	0,008	-
p-valor (modelo)	0,614	-

Notas: ***significante a 0,1%; **significante a 1%; *significante a 5%.
Fonte: elaborada pelos autores.

Conforme mostra a Tabela 6, considerando-se efeitos fixos para ano e empresas, não há significância estatística para o modelo que foi considerado, o que indica que, da maneira como estão organizados os dados, o tamanho da empresa e a sua listagem em níveis diferenciados de governança são variáveis que não estão relacionadas com o seu nível de evidenciação de ativos intangíveis. Além disso, o teste dos resíduos indicou não normalidade em sua distribuição (teste Jarque-Bera, a um nível de 5%), o que, juntamente com o p-valor do modelo, mostra que ele não é válido para o fim ao qual se propôs, o que também é corroborado quando se observa o r-quadrado ajustado, abaixo de 1%. Foram então criadas variáveis *dummies* para o tratamento do ano e uma nova regressão múltipla foi realizada. Os novos resultados estão presentes na Tabela 7, a seguir.

Tabela 7: Análise de regressão – variável dependente: evidenciação de intangíveis (efeito não fixo para ano)

Variável Independ.	Beta	p-valor
Ano 2005	0,415	0,000 ***
Ano 2007	0,000	0,000 ***
Ano 2009	0,065	0,000 ***
Ativo total	120	0,084
Gov. Corp.	0,008	0,030*
N (observ.)	120	—
R Quadr. Ajust. (modelo)	0,703	—
p-valor (modelo)	0,000 ***	—

Notas: ***significante a 0,1%; **significante a 1%; *significante a 5%.
Fonte: elaborada pelos autores.

Conforme demonstra a Tabela 7, o ano é uma variável que interfere significativamente na evidenciação de ativos intangíveis, corroborando as considerações que já foram apresentadas até o momento. Em outras palavras, quanto mais próximo de 2009, maior foi o nível de evidenciação de intangíveis apresentado pelas empresas. Nessa nova análise de regressão, o nível diferenciado de governança corporativa passou a apresentar relação estatisticamente significativa com a evidenciação de ativos intangíveis, mostrando que empresas listadas em níveis diferenciados possuem maiores níveis de evidenciação. O r-quadrado-ajustado mostra que tal modelo consegue explicar cerca de 70% da variabilidade que se observa na variável dependente (índice de evidenciação de intangíveis). Contudo, com a análise dos resíduos, o teste de Jarque-Bera não mostrou normalidade dos resíduos a um nível de 5%, o que compromete a validade do modelo. Entretanto, há de se destacar que um dos principais motivos para o modelo em análise ter apresentado betas significantes está nas alterações na legislação que ocorreram nos três diferentes períodos estudados. Essas alterações provocaram aumentos significativos no nível de evidenciação das empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, apurou-se a evidenciação de ativos intangíveis nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras

listadas na BOVESPA, sendo analisadas quarenta empresas no sentido de identificar a evidenciação dos ativos intangíveis de acordo com a IAS nº. 38. Os resultados obtidos revelaram que os ativos intangíveis mais evidenciados pelas empresas foram os *softwares*, *ágio na aquisição de investimentos e marcas e patentes*, e que, a partir da vigência da Lei 11.638/07, as empresas passaram a evidenciar os ativos intangíveis no Balanço Patrimonial. Quanto à divulgação das informações referentes aos ativos intangíveis, os resultados mostram que, mesmo após a vigência da Lei 11.638/07, 17,5% das empresas analisadas não registram essas informações.

Os resultados encontrados na análise dos Balanços Patrimoniais e notas explicativas do exercício de 2009 revelaram que algumas empresas não apresentam seus relatórios em conformidade com as normas brasileiras. Apenas uma empresa, do total de quarenta, não divulgou o ativo intangível no Balanço Patrimonial, porém 17,5% não evidenciaram nas notas explicativas, e das empresas que evidenciaram 32,5% não mencionaram a forma de mensuração e 57,5% não especificaram a vida útil. A análise de regressão indicou que o ano possui significância estatística na explicação dos diferentes níveis de informações observados, tal como seu *status* de listagem em um dos níveis diferenciados de governança corporativa. Como já era esperado, empresas com boas práticas de governança corporativa apresentaram maiores níveis de informações sobre ativos intangíveis, pois a teoria defende que tais empresas teriam melhores níveis de informações em seus relatórios do que as demais.

As normas brasileiras, por meio do Pronunciamento CPC 04, apresentam a identificação, o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis em conformidade com as normas internacionais, já que o CPC 04 é uma correlação ao IAS nº. 38. Entretanto, por meio desta pesquisa, observou-se que algumas empresas ainda se encontram em processo de convergência às normas brasileiras, pois não atenderam a todos os requisitos que são exigidos pelo CPC.

Os resultados obtidos indicam um impacto significativo que as alterações recentes nas normas de contabilidade tiveram no aumento do nível de evidenciação que as empresas fornecem em seus relatórios contábeis. Apesar de algumas poucas empresas ainda não atenderem adequadamente ao que é exigido pela legislação, esses resultados mostram pontos favoráveis à convergência contábil no Brasil, com alterações significativas ocorridas após as medidas que tiveram por objetivo alcançar tal fim.

Dada a limitação desta pesquisa quanto à análise dos balanços patrimoniais somente até o exercício de 2009, e considerando que as exigências se concretizaram no ano de 2010, sugerem-se como futuros trabalhos: analisar os balanços patrimoniais e as notas explicativas das empresas listadas na BOVESPA referentes ao exercício de 2010, ampliando os estudos sobre o tema, para assim verificar se as empresas se adequaram às exigências das normas internacionais no que diz respeito ao registro de ativos intangíveis.

NA SUA HORA,
DO SEU JEITO, EM
QUALQUER LUGAR.

QUALIDADE,
INTERATIVIDADE
E PRATICIDADE.

CTD Centro de
Treinamento
Domínio Sistemas

Oferecemos uma série de cursos para que você conheça todas as possibilidades de nossos softwares. É você quem escolhe o melhor horário, dia e local para assistir aos treinamentos, pois todos os cursos são oferecidos via web, com a mesma qualidade e interatividade de um curso presencial. Participe!

Oferecemos cursos desde 2007, e mais de 4.000 pessoas já passaram por nosso CTD. Não fique de fora, procure uma de nossas Unidades de Negócios ou acesse o nosso site:

www.dominiosistemas.com.br/treinamento

CTD: mais conhecimento para você

dominio
sistemas

A sua melhor escolha

Unidades de Negócio: Belo Horizonte: (31) 2514-6440
Uberlândia: (34) 3227-7537 Poços de Caldas: (35) 3722-6467



Informações comerciais: **0800 645 4004**
www.dominiosistemas.com.br



Alessandra Garcia da Cunha

Graduanda do curso de Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia.



Andréia Alves de Souza

Graduanda do curso de Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia.



Luiz Felipe de Santana

Graduando do curso de Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia.



Vanessa Gonçalves de Magalhães

Graduanda do curso de Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia.



Rodrigo Fernandes Malaquias

Graduação em Ciências Contábeis. Especialização em Controladoria e Finanças. Mestrado em Administração (Finanças). Doutorando em Administração de Empresas (Finanças) pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV). Professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (FACIC/UFU).

REFERÊNCIAS

ALSAEED, K. The Association Between Firm-Specific Characteristics and Disclosure: the case of Saudi Arabia. **Managerial Auditing Journal**. vol. 21. n. 5. p. 476-496, 2006.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA). Disponível em <<http://bovespa.com.br/>>. Acesso em 05 junho de 2010.

BRASIL. Lei nº. 11.638, de 28 dezembro de 2007, **Altera e revoga dispositivos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras**. Publicada no DOU de 28.12.2007 – edição extra.

CARVALHO, L. N.; LEMES, S. **Contabilidade internacional para graduação**. São Paulo: Atlas: 2010.

COFFEE, J. C. **The future as history: the prospects for global convergence in corporate governance and its implications**. The Social Science Research Network Electronic Paper Collection.1999. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/>>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**, 2003. Disponível em: <www.ibgc.org.br>. Acesso em 01 de março de 2008.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas**. Tese (Doutorado em Administração) – FEA/USP, 2002.

LAURETTI, C. M.; MATIAS FILHO, J. Processos de Valoração de Ativos Intangíveis como Proxy para os Recursos Estratégicos das Empresas. In: XXXIII EnANPAD. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009.

LEUZ, C.; VERRECCHIA, R. E. The Economic Consequences of Increased Disclosure. **Journal of Accounting Research**. vol. 38. Supplement: Studies on Accounting Information and the Economics of the Firm. p. 91-124. 2000.

LOPES, P. T.; RODRIGUES, L. L. Accounting for Financial Instruments: an analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. **The Journal of Accounting**. v. 42. p. 25-56. 2007.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança Corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade & Finanças**. Edição Comemorativa. p. 65-79. set. 2006.

MALAQUIAS, R. F.; LEMES, S. Análise do Nível de Evidenciação Fornecido por Empresas Listadas nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa. In: XII SEMEAD – Seminários em Administração FEA/USP. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2009.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, n. 40, p. 7-40, Jan/Abr. 2006.

ROLIM, M. V. **Estudo do nível de disclosure dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100**. Dissertação (Mestrado em Administração – UFU) Uberlândia (MG), 2009.

SCHMIDT, P; SANTOS, J. L. Ativos Intangíveis nas Normas Internacionais – IASB. **IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, 13 a 15 de agosto de 2003 – Gramado – RS.

SCHVIRCK, E. **A reavaliação de ativos e seus impactos na análise das demonstrações contábeis no Brasil**. Dissertação (Mestrado – Universidade de São Paulo), São Paulo, 2006.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

Apêndice A: Empresas Componentes da Amostra da Pesquisa

Empresas	Nível de Gov. Corp.	Pat. Líq. 2009 (reais mil)
Amerigel S.A.	–	1.262.149
Anhanguera Educacional Participações S.A.	Nível 2	1.050.731
Banco Bradesco S.A.	Nível 1	41.753.751
Bicicletas Monark S.A.	–	199.893
Bombрил S.A.	–	-210.459
Café Solúvel Brasília S.A.	–	-1.337.451
Cia. Hering	Novo Mercado	316.427
Cteep – Cia. Transmissão Energia Elétrica Paulista	Nível 1	4.185.346
Drogasil S.A.	Novo Mercado	407.615
Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A.	Nível 2	3.281.274
Eternit S.A.	Novo Mercado	373.102
Forjas Taurus	-	365.757
Fras-le S.A.	Nível 1	235.069
Gerdau S.A.	Nível 1	18.507.473
GTD Participações S.A.	–	18.439
Hotéis Othon S.A.	–	-65.267
IGB Eletrônica S.A.	–	-468.953
Itaú Unibanco Holding S.A.	Nível 1	50.683.423
Karsten S.A.	–	60.042
Kroton Educacional S.A.	Nível 2	795.072
La Fonte Telecom S.A.	–	104.226
Lojas Americanas S.A.	–	380.116
Mangels Industrial S.A.	Nível 1	217.353
Minas Máquinas S.A.	–	47.57
Natura Cosméticos S.A.	Novo Mercado	1.139.821
Net Serviços de Comunicação S.A.	Nível 2	3.421.585
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	Novo Mercado	948.305
Panatlântica S.A.	–	624.405
Profarma Distrib Prod. Farmacêuticos S.A.	Novo Mercado	485.366
Randon S.A. Implementos e Participações	Nível 1	884.749
Rossi Residencial S.A.	Novo Mercado	2.283.413
Saraiva S.A. Livreiros Editores	Nível 2	369.131
Souza Cruz S.A.	–	2.109.044
TAM S.A.	Nível 2	1.634.453
TIM S.A.	–	8.322.715
Tupy S.A.	–	869.129
Ultrapar Participações S.A.	Nível 1	4.829.274
Vale S.A.	Nível 1	95.736.974
Vulcabras S.A.	–	460.423
Yara Brasil Fertilizantes S.A.	–	501.529